

autonomização da Parte Geral, na moldura da reforma em estudo, viabiliza a imediata remodelação do Sistema Criminal Brasileiro, reclamada por todos, encontrando precedentes em outros países". Após a exposição em apreço, o Senhor Conselheiro, BENJAMIN DE MORAES FILHO, teceu várias considerações e concluiu demonstrando a sua preocupação em que a reforma deste Anteprojeto venha refletir, também, o somatório de subsídios que demonstrem um pensamento unitário nacional. Aludindo-se, ainda à exposição apresentada, o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES desenvolveu suas considerações baseando-se na profunda premissa de ROBERTO LIRA, que diz: "A sentença Penal deve ser um abraço de luz sobre o destino". À vista da meditação e responsabilidade que a própria premissa evoca, o Ilustre Conselheiro citou ainda a filosofia da ONU, os objetivos do Regimento Interno do CNPP, os quais, em ponderando, demonstram pontos comuns no sentido de soerguer e preparar os hospedeiros da justiça para uma melhor reintegração no meio social. Concluída as considerações sobre a referida exposição, a Comissão se retirou para outra sala, a fim de iniciar os trabalhos de revisão da Lei de Execuções Penais. Prosseguindo à reunião do CNPP, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, que teceu comentários sobre a cooperação técnica a ser obtida dos governos Japonês, Alemão e Francês, bem como ao assunto "Vinculação Audiovisual de Projeto", informando que na próxima reunião apresentará sobre os assuntos em apreço, um parecer devidamente instruído. Dado a existência do tempo, à apreciação sobre questionários de dados e informes estatísticos procedentes do DEPEN, ficou para a próxima reunião — Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrado a sessão. Merecendo aprovação a presente Ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora.

PIO SOARES CANEDO  
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária Executiva - CNPP

## Ministério do Exército

### DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL

PORTARIA Nº 038/DGP, DE 16 DE MARÇO DE 1981.

INSTRUÇÕES PARA CONTROLE E CADASTRAMENTO DE CABOS E SOLDADOS DE CARREIRA

O Chefe do Departamento - Geral do Pessoal, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Ministerial nº 017, de 09 de janeiro de 1981, e de acordo com o que propõe a Diretoria de Movimentação,

RESOLVE:

1. Aprovar as "INSTRUÇÕES PARA CONTROLE E CADASTRAMENTO DE CABOS E SOLDADOS DE CARREIRA", que com esta baixam.
2. Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

GEN EX ALACVYR FREDERICO WERNER

#### INSTRUÇÕES PARA CONTROLE E CADASTRAMENTO DOS CABOS E SOLDADOS DE CARREIRA

##### 1. FINALIDADE

Estabelecer a sistemática de cadastramento dos Cabos e Soldados de Carreira.

##### 2. OBJETIVO

- a. Implantar o cadastro de cabos e soldados de carreira em processo automático de dados (PAD).

- b. Manter atualizado o cadastro de cabos e soldados engajados.
- c. Explorar adequadamente as informações existentes no cadastro de cabos e soldados.

##### 3. REFERÊNCIA

- Portaria Ministerial nº 08-Res, de 03 Mar 80.
- Portaria Ministerial nº 017, de 9 Jan 81.

##### 4. EFETIVO A CADASTRAR

Serão cadastrados todos os cabos e soldados engajados do Exército.

##### 5. DADOS CADASTRAIS

Visando a facilitar futura implantação do Banco de Dados de Pessoal os dados cadastrais conterão:

##### a. Dados Individuais

- Código Pessoal
- Nome completo
- Data de nascimento
- Identificação militar
- Naturalidade
- Graduação
- QMG e QMP
- Estado civil
- Número de dependentes
- Função na OM atual
- Comportamento
- PASEP e CPF

##### b. Filiação

##### c. Evolução Profissional

- Data da promoção
- Datas de praça
- Datas de engajamento e reengajamentos sucessivos
- Amparos dos engajamentos e reengajamentos
- Cursos e datas
- Medalhas
- Situação na OM
- Código da OM e GU atuais
- Data-limite no serviço ativo
- Data-limite de engajamento

##### d. Registros de movimentação

- Código das OOMM
- Código das guarnições
- Datas de movimentação
  - Evento: Data da publicação no boletim do Órgão movimentador.
  - Início: Data da apresentação pronto para o serviço.
  - Fim: Data de desligamento da OM.
- Situação nas OOMM
- Tipo de movimentação

##### 6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

##### a. Pelas OOMM

- 1) Preencher os documentos de alimentação dos cadastros, previstos no Manual do Sistema, elaborado pelas D Mov e DPD no que lhes concernir, encaminhando-os aos órgãos competentes, conforme estabelecido na mesma publicação.
- 2) Preencher e remeter à D Mov a Ficha de Controle de Efetivo (anexo B).
3. Manter em funcionamento, no que lhes couber, os fluxos de dados e informações do sistema, quer introduzindo, modificando ou eliminando dados, quer utilizando-se dos recursos informativos a ele inerentes.

##### b. Pelas Regiões Militares

- 1) Coordenar e controlar o cadastramento de Cabos e Soldados nas OOMM sediadas nas áreas de suas jurisdições.
- 2) Fornecer, ao Cmdo Ex ou Cmdo Área, as informações necessárias pertinentes ao cadastro de cabos e soldados.

##### c. Pela D Mov

- 1) Reunir, Conferir, Codificar e remeter ao CPDEx os documentos de implantação e manutenção dos arquivos do sistema.